

# TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DA EQUIPE DE APOIO ESCOLAR

## WORKERS IN EDUCATION: THE ROLE OF THE SCHOOL SUPPORT TEAM

Sandra Regina Rodrigues da Fonseca<sup>1</sup>

Denise Pimenta da Silva Oliveira<sup>2</sup>

Considerando-se a escola um espaço de ensino e aprendizagem, bem como de transformação social, é notável que seu bom funcionamento não se restringe às práticas profissionais exercidas por professores e gestores, sendo relevantes, também, as funções desempenhadas pela denominada equipe de apoio pedagógico. Esta é formada por motoristas, vigias, merendeiras, agentes de limpeza e secretários da escola, profissionais estes que desenvolvem seu trabalho prestando serviços de suma importância para a instituição escolar. O presente estudo objetivou conhecer as implicações do trabalho realizado pelos membros da equipe de apoio sobre a dinâmica institucional de uma escola pública em Muritiba-BA. Na busca de alcançar tais objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, com finalidade descritiva-exploratória. Os dados foram colhidos por meio de entrevistas semi-estruturadas aplicadas ao gestor, aos membros da equipe de apoio escolar e aos professores. Os resultados apontam que as implicações do trabalho da equipe de apoio na dinâmica escolar têm como um dos agravantes a falta de preparação, em função da ausência de formação continuada e as mazelas do trabalho terceirizado. Percebeu-se, diante da pesquisa, a necessidade de que haja mais investimentos em formação, projetos gerados pelo Estado voltados à valorização dos funcionários efetivos e terceirizados, bem como uma organização de toda a comunidade escolar em favor da luta pelo alcance e garantia de direitos trabalhistas essenciais de toda a categoria. Foi constatada grande insatisfação e um sentimento de inferioridade por parte dos membros da equipe em regime de terceirização, destacando-se assim, a importância de reflexão e debates voltados para a melhoria das condições de trabalho da equipe de apoio como um todo, uma vez que suas ações repercutem sobre o desenvolvimento de crianças e jovens no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Equipe de Apoio Escolar. Terceirização. Terceirização na Escola. Valorização Profissional. Gestão Escolar.

*School is considered a teaching and learning space as well as a social transformation place, whose smooth operation depends not only on the teachers' and administrators' practices, but also on the pedagogical support team which is composed by drivers, watchmen, cooks, cleaners and school secretaries. The aim of this study was to assess the implications of the work done by the members of the support team on the institutional dynamics of a public school in Muritiba-BA. In order to achieve these objectives an exploratory descriptive field research with a qualitative approach was carried out. Data were collected through semi-structured interviews applied to the manager, members of the school support staff and teachers. The results showed that the implications of the work of the support staff on the school dynamics have as aggravating factors the lack of continuous education and the problems raised by outsourced work. According to our research more investments in training are required, as well as professional advancement projects for effective and outsourced employees. Organization of the school community is also necessary to ensure workers' rights. Great dissatisfaction and a sense of inferiority was observed in outsourced team members, highlighting the importance of reflection and debates aimed at improving the working conditions of the support team as a whole, since their actions affect the development of children and adolescents at school.*

**Keywords:** School Support Team. Outsourcing. School Outsourcing. Professional Valuation. School Management.

<sup>1</sup>Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza. E-mail: [sandrafonseca80@yahoo.com.br](mailto:sandrafonseca80@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Licenciada em Pedagogia. Docente e orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Maria Milza. E-mail: [pimenta-denise@hotmail.com](mailto:pimenta-denise@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A escola é um espaço social que tem como função primordial a formação de sujeitos através do processo de ensino e aprendizagem. Esse processo, no entanto, transcende o âmbito formal e o espaço da sala de aula, uma vez que a formação pode ocorrer também em dimensões informais e decorrer da interação de toda a comunidade escolar nos mais diversos momentos.

A estrutura organizacional escolar não se limita, pois, ao quadro de professores e gestores. Atua também neste espaço a chamada equipe de apoio, composta por motoristas, vigias, merendeiras, agentes de limpeza e secretários da escola, profissionais que desenvolvem seu trabalho prestando serviços de suma importância para a instituição e todos os que dela participam.

Além de desenvolver funções técnicas, reconhece-se que não só os professores educam, mas sim todos os funcionários são educadores que contribuem direta ou indiretamente para a formação dos alunos, compartilhando seus conhecimentos e atitudes de forma particular, sendo estes aspectos desenvolvidos no cotidiano das diversas áreas das escolas, extrapolando a sala de aula.

Destaca-se, ainda, que a gestão escolar tem como ponto chave a democracia e participação de todos: funcionários, dentre eles professores e equipe técnica, pais e alunos nos assuntos pedagógicos. Assim, é pertinente questionar: quais as implicações do trabalho realizado pelos membros da equipe de apoio para a dinâmica pedagógica em uma escola pública de Muritiba-BA?

Tem-se como objetivo central conhecer as implicações do trabalho realizado pelos membros da equipe de apoio sobre a dinâmica pedagógica de uma escola pública em Muritiba-BA, seguido dos seguintes objetivos específicos: reunir as principais características das equipes pesquisadas; identificar as relações de trabalho existentes entre funcionários de uma escola pública em Muritiba-BA; verificar a percepção dos docentes quanto à possível influência do trabalho da equipe de apoio para a prática pedagógica.

O presente artigo é fruto do trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia e justificou-se pela procura em abrir caminhos para uma nova visão acerca da atuação, qualificação e valorização dos grupos de apoio nas escolas. Por ser um assunto pouco discutido no meio acadêmico, espera-se provocar um novo olhar do pedagogo em direção ao grupo de apoio e desencadear nos futuros

profissionais licenciados consciência da necessidade de maior respeito e valorização para o referido grupo.

Os caminhos metodológicos para a realização do presente estudo classificam-se, quanto aos objetivos, como exploratório-descritivos. As informações coletadas são de natureza qualitativa por estarem centralizadas na busca de compreender os aspectos relacionados à percepção humana sobre o objeto em questão.

O procedimento adotado foi pesquisa de campo, através de contato direto com os entrevistados. As fontes utilizadas foram consultas documentais e bibliográficas, além de entrevista semiestruturada, a partir de questionários destinados ao gestor, professores e funcionários da escola, objetivando a aquisição de informações quanto à relação entre todos os indivíduos, o entendimento da distribuição de funções e o consequente impacto do trabalho de cada membro da equipe de apoio na dinâmica pedagógica escolar.

A unidade pesquisada é mantida pelo Estado da Bahia e localiza-se na cidade de Muritiba, com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tem como corpo funcional 26 professores, 15 funcionários na equipe de apoio escolar, um diretor, um vice-diretor e atende a 439 alunos.

Participaram da pesquisa 10 funcionários da equipe de apoio escolar, representando um total de 67% do total, nove professores, equivalente a 35% e o vice-diretor, já que não foi possível o contato com o diretor da unidade. Todos receberam orientações referentes à pesquisa e assinaram o termo de consentimento para que fossem usados os dados colhidos. Foram preservadas as identidades dos participantes, assim como o nome da escola pesquisada.

## AS EQUIPES DE APOIO E SUA INTERAÇÃO COM A DINÂMICA ESCOLAR

A escola deve ter como prioridade o processo de ensino e aprendizagem que possibilite a formação cidadã de crianças e jovens, favorecendo a vida em sociedade. As ações educativas aí realizadas se dão em sala de aula, bem como em outros ambientes da escola, e são atribuição de docentes e não-docentes, conforme expõe o documento "**Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola**", elaborado pela Secretária da Educação Básica, órgão ligado ao Ministério da Educação.

Consolida-se assim, gradualmente, uma concepção de educação cidadã, que se ajusta de modelos pedagógicos padronizados e excludentes, em favor de um ambiente de aprendizagens coletivas e interativas, que considerem todos os integrantes da escola protagonistas do processo educativo (BRASIL, 2004, p. 13).

As equipes de apoio executam tarefas variadas no âmbito escolar concomitantemente ao ensino-aprendizagem realizado em sala de aula. Enquanto exercem suas atividades laborais, todos os funcionários que convivem com os educandos são, também, educadores. Ainda, segundo o documento do Ministério da Educação:

Nesse cenário, merendeiras precisam, também, cuidar da educação alimentar, bibliotecários, ajudar na construção do hábito da leitura e da educação literária, secretários devem colaborar com o processo avaliativo do ensino e da aprendizagem, configurando-se a instituição de novas atividades funcionais (BRASIL, 2004, p.16).

Mediante as tarefas destinadas à equipe de apoio, percebe-se que, de alguma forma, cada membro atua direta ou indiretamente com os pais, alunos, professores e entre si no espaço escolar (LACERDA, 2010).

As atribuições de cada um desses membros refletem sua participação para a melhor realização da dinâmica escolar e para a formação dos discentes enquanto cidadãos, seja nos ensinamentos quanto aos cuidados com o patrimônio, no incentivo a hábitos de saúde e higiene que visam à melhor qualidade de vida, bem como nas relações que se estabelecem entre todos os indivíduos.

Para Salomão (2009), as equipes de apoio são corresponsáveis pela educação da criança. De acordo com sua concepção, se educa no convívio social, no contato com o outro, mediante práticas, valores e comportamentos, intencionais ou não, que influenciam no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos (SALOMÃO, 2009).

Da mesma forma, Lacerda (2010) considera que um dos grandes desafios a ser enfrentado é, justamente, despertar a consciência dos trabalhadores quanto a sua capacidade de educar no meio escolar e perceber a necessidade de uma formação continuada, permitindo a melhoria do seu

desempenho no cumprimento do seu trabalho e na convivência em meio aos alunos, professores, pais e comunidade. Construir-se-ia, assim, uma nova identidade profissional junto aos profissionais dessa área.

Destaca-se, pois, o reconhecimento dos membros das equipes de apoio enquanto agentes corresponsáveis pela melhoria do processo educacional. Para desempenho adequado do seu papel, faz-se necessário investir no processo de formação e qualificação dos mesmos. Assim, desde 2004, "os funcionários das escolas foram incluídos nos programas de Valorização dos Trabalhadores em Educação, com verbas específicas, consignadas no PPA 2004/2007" (BRASIL, 2004, p. 07).

O Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010 institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dispõe sobre a formação inicial em serviço dos funcionários da escola. Entre seus objetivos fundamentais está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionado pelo programa de formação denominado Profuncionário.

Este programa, que está em vigor, reúne diversos cursos técnicos e pode ser realizado na modalidade de educação à distância (EAD). Ele é voltado para o funcionário da escola, de acordo com a função exercida na instituição; porém, só têm acesso funcionários municipais, estaduais ou federais que possuam formação no ensino médio ou cursos do ensino médio integrados ao profissionalizante. A inscrição é gratuita e limitada, e o candidato passa por um processo seletivo para garantir o acesso à plataforma.

O Profuncionário tem como objetivo geral "oferecer formação profissional, em nível médio à distância, aos funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública" (BRASIL, 2012, p. 50).

É notória a relevância de haver cursos que busquem capacitar e qualificar os funcionários das equipes de apoio para o melhor desempenho das suas atividades e participação na dinâmica pedagógica escolar.

Além deste aspecto, é necessário ainda avaliar as relações de trabalho que se estabelecem no âmbito das instituições escolares na contemporaneidade. Nesse prisma, discutem-se os reflexos da terceirização sobre a dinâmica escolar, aspecto tratado a seguir.

## RELAÇÕES DE TRABALHO: REFLEXOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DAS EQUIPES DE APOIO ESCOLAR

A terceirização é o processo pelo qual uma instituição pública ou privada transfere a contratação e, conseqüentemente, a gestão de profissionais responsáveis pelas denominadas atividades meio para outras empresas, visando foco maior na atividade fim<sup>3</sup>.

A origem da terceirização se deu nos Estados Unidos da América após a II Guerra Mundial. Segundo Queiroz (1995 *apud* Mendonça, 2008), ao se estabelecer alianças industriais com países europeus para produção de armamentos destinados a combater o nazismo, as indústrias buscaram outras empresas, delegando a gestão de atividades secundárias a terceiros.

No Brasil, a terceirização se inicia no final dos anos de 1980, com a chegada de empresas multinacionais ligadas à indústria automobilística. Com a abertura de mercado e implantação de políticas visando à reestruturação das empresas, houve um impacto junto à força de trabalho, provocando o crescimento de empregos informais.

A prática de terceirização foi justificada como uma válvula de escape para as empresas se manterem em funcionamento, tornando-se uma alternativa para as empresas contratantes de reduzir os custos e investir nas suas atividades fins, aprofundando-lhes maior concorrência no mercado (BONIFÁCIO; QUEIROZ, 2008).

Segundo Antunes (2011),

Se até os anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho e de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender a grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado (ANTUNES, 2011, p.106).

Atualmente, tanto as empresas privadas quanto os setores públicos, entre eles as escolas municipais e estaduais, buscam o trabalho terceirizado, que consiste na contratação de

empresas especializadas para o exercício de atividades que não compõem o objeto principal da instituição contratante. Assim, torna-se cada vez mais estagnado o surgimento de concursos públicos para efetivação das pessoas que prestam serviços à rede pública.

Na visão de Antunes (2011, p. 50), “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos”. A terceirização é justificada como uma forma de reduzir custos no setor público, mas, sobretudo, nega direitos essenciais aos trabalhadores.

Os funcionários que são mantidos na rede pública por meio de contrato não têm direito a gozar dos benefícios concedidos pela mesma, restringindo, assim, as reivindicações por melhores condições de trabalho, provocando insatisfação e inconformismo, pois a busca desses direitos acarretará a substituição do trabalhador (ALVES, 2002).

Segundo Werle (2005), os serviços executados pelas referidas equipes são considerados como superficiais e pouco complexos, fazendo com que estes profissionais não sejam valorizados como pessoas capazes de participar e influenciar no processo educativo, desencadeando a contratação de empresas terceirizadas para as atividades-meio sem a devida preocupação com a dinâmica pedagógica escolar.

Na busca incessante de diminuir gastos, o Estado amplia o processo de terceirização no âmbito escolar, não oportunizando o crescimento profissional dos referidos grupos e melhor qualidade de vida. Conforme Antunes (2011, p.197), “a terceirização é a porta de entrada para o trabalho precarizado que se expande em toda parte do mundo”.

Diante dessa realidade, é notável a grande diferença entre o trabalhador efetivo que tem seus direitos garantidos pelo setor público e o terceirizado, que depende apenas do valor pago por sua mão de obra sem direito a reivindicações, por medo do desemprego.

A lista de desempregados em busca de uma oportunidade de trabalho é imensa. Por isso, não fará diferença para as empresas terceirizadas a substituição do funcionário que manifeste insatisfação.

<sup>3</sup>Atividades-meio são trabalhos assessoriais ou grupos de apoio que prestam serviços intermediários, não essencialmente ligados à atividade principal da instituição. Fazem parte das atividades-meio no contexto escolar: serviços de alimentação, serviços de conservação patrimonial e de limpeza, serviço de segurança, serviços de manutenção geral predial e especializada, serviços de secretaria, dentre outros (MANUAL DE TERCEIRIZAÇÃO, 2011).

A Consolidação das Leis Trabalhistas, no art. 581, § 2º, dispõe que se entende por atividade-fim a que caracteriza a unidade do produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam, exclusivamente em regime de conexão funcional (MANUAL DE TERCEIRIZAÇÃO, 2011).

Assim, a falta de emprego influencia também, no âmbito educacional, permitindo a troca frequente dos componentes das equipes de apoio, sendo introduzida maior demanda de terceirizados, já que o ingresso por meio de concurso público se tornou uma conquista rara. Conforme Werle (2005), a terceirização desconhece a contribuição que as equipes de apoio podem dar para a compreensão e dinâmica do ambiente escolar.

Para Godoy, Mascarenhas e Pinto (2007), a terceirização pode ser motivo de discriminação social, devido à remuneração diferenciada (sempre inferior em relação ao servidor efetivo). Além disso, o trabalhador terceirizado pode não enxergar a instituição como um todo e só perceber partes fragmentadas, o que atrapalha a participação enquanto sujeito ativo de uma gestão democrática.

A tendência do trabalhador que se vê em posição inferior perante os outros colegas é manter o foco apenas no seu trabalho, não se permitindo refletir a respeito da sua atuação, e nem ocorre em sua mente a mais remota ideia de participação nos assuntos pedagógicos, havendo assim, uma negação de pertencimento à instituição em que trabalha.

Nesse contexto, interessa saber a respeito das implicações do trabalho realizado pelos membros da equipe de apoio, tendo em vista as relações de trabalho vigentes sobre a dinâmica pedagógica em uma escola pública de Muritiba-BA. Os resultados do estudo serão expostos a seguir.

## **O TRABALHO DA EQUIPE DE APOIO ESCOLAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MURITIBA-BA**

Ao realizar as entrevistas foi percebida a necessidade de fazer perguntas a respeito do tema que não estavam presentes nos questionários, sendo registrada na íntegra sem alterações a resposta dos entrevistados.

Em entrevista à gestão escolar identificou-se

que a contratação dos profissionais que compõem a equipe de apoio se dá por meio de empresas terceirizadas e concurso REDA (Regime Especial de Direito Administrativo) – uma modalidade de processo seletivo seguido por assinatura de contrato temporário celebrado entre profissionais e o Estado que o exime da estabilidade e concessão de demais benefícios previstos para servidores públicos. A formação exigida é o ensino fundamental, porém não há qualquer documento legal na escola que comprove a exigência da formação mínima.

Em seguida, foram efetuadas entrevistas com os integrantes da equipe de apoio escolar, sendo todas as respondentes do sexo feminino.

Percebeu-se receio em manifestarem sua opinião, porém 20% relatam total insatisfação ao serem contratadas em regime de trabalho terceirizado. Alegaram o constante atraso de salários, além de anos consecutivos sem o gozo de férias, o que gera desgaste físico e mental.

Na Tabela 1 expõe-se a relação de trabalho da equipe de apoio, na qual se confirma que a maior parte é composta por terceirizados, comprovando que a terceirização é uma realidade cada vez mais frequente no setor público.

Concorda-se com a visão de Antunes (2011), para quem os profissionais que exercem atividades laborais no setor público estão sendo subordinados à máxima da mercadorização. Segundo ele, na busca de serviços mais baratos, o setor público mantém o padrão das organizações privadas por considerar as atividades de apoio como atribuições de menor relevância, sem implicações para a dinâmica pedagógica da escola.

Quanto à experiência, identificou-se que 10% dos profissionais atuam na área há menos de um ano; 60% têm entre 1 a 10 anos; 30% possuem mais de 21 anos de experiência. Neste último grupo, encontram-se justamente os profissionais efetivos prestes a se aposentarem, havendo uma integrante já aposentada que permanece em atividade como prestadora de serviço temporário.

**TABELA 1.** Relação de trabalho dos membros da equipe de apoio escolar na unidade pesquisada

<b>Relação de trabalho dos membros da equipe de apoio</b>	<b>%</b>
Servidor público	20%
Servidor por empresa terceirizada	60%
Prestador de serviço temporário	20%

**Fonte:** Estudo de campo realizado no município de Muritiba-BA, 2015

Pressupõe-se que a equipe de apoio logo será composta apenas por terceirizados, convergindo com a visão de Lacerda (2010) ao diagnosticar que a terceirização é uma realidade cada vez mais frequente na efetivação de atividades antes realizadas por agentes aprovados por concursos públicos.

Quanto à formação da equipe de apoio, foram identificados profissionais com nível superior completo. Havia uma licenciada em Pedagogia que trabalhava como assistente administrativa e outra licenciada em História que ocupava o cargo de porteira sob regime de trabalho terceirizado.

Durante a entrevista, a licenciada em História explicou que a escassez de concursos públicos a impedia de estar atuando em sua área. Em sua fala expõe que "só aceita trabalhar como terceirizado, quem nunca trabalhou em uma empresa terceirizada", referindo-se à negação dos direitos em função da precarização da relação trabalhista, como expõe Antunes (2011).

Observou-se que os membros das equipes de apoio, ao ingressarem na escola, não recebem nenhum tipo de capacitação para execução do seu trabalho, limitando-se em sua maioria (70%) a receber apenas orientações gerais e superficiais do gestor e/ou do secretário escolar. Para 30% não foram fornecidas quaisquer orientações ao ingressar na escola, afirmando terem aprendido a desenvolver sua atividade na prática, no cotidiano e por conta própria.

Os cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo programa denominado Profuncionário são voltados apenas para os servidores concursados (efetivos). Observa-se uma contradição entre o discurso de valorização profissional presente no documento que rege esta lei e a realidade das escolas, já que a terceirização vem crescendo e os trabalhadores terceirizados não possuem direito de acesso a esse ou a qualquer outro programa de formação.

Porém, a escola também pode criar projetos voltados para a equipe de apoio com o objetivo de qualificá-la para o desenvolvimento de um melhor trabalho no referido espaço. Dessa forma, foi perguntado ao gestor e aos professores sobre a importância da formação continuada para servidores da equipe de apoio exercerem seu papel e todos foram unânimes em reconhecer a relevância da qualificação para o melhor desempenho desses profissionais.

O vice-diretor e os professores reconheceram que os cursos e reuniões de aperfeiçoamento influenciariam no bom andamento da unidade

escolar, pois as equipes teriam conhecimento das ações da escola e maior integração com todos, ajudariam na resolução de problemas ocorridos no âmbito escolar e atuariam no exercício da sua função com mais qualidade.

Quanto aos funcionários, 80% julgaram importante fazer cursos voltados para o seu cargo, acreditando que proporcionariam maior confiança para realização das atividades, melhor desempenho nas tarefas, além de adquirir novos conhecimentos e capacitação para lidar com problemas ocorridos na dinâmica escolar. Duas funcionárias que exerciam a função de agente de limpeza não enxergavam a necessidade de preparação ou qualificação para sua prática por acreditarem ser uma atividade simples similar às realizadas na rotina doméstica.

A formação continuada é de grande relevância para o desenvolvimento de novas habilidades e, conseqüentemente, para a melhor execução do trabalho no âmbito escolar, abrindo caminhos para uma melhor formação, crescimento profissional e ampliação da colaboração nas funções pedagógicas.

Segundo Ferreira (2008), para que a escola cumpra seu papel de formar cidadãos críticos e reflexivos, é necessário envolver todos os integrantes da comunidade escolar para a realização dos objetivos a serem alcançados.

Quando discutida a temática participação dos funcionários no planejamento das ações e projetos escolares, mais uma vez, os terceirizados são excluídos do processo, já que, como expõem os professores, esse é mais um dos direitos garantidos apenas aos funcionários concursados.

Para 40% dos funcionários terceirizados "existe uma grande diferença de tratamento entre o funcionário efetivo e o terceirizado, porque as obrigações são diferentes".

Concorda-se com a visão de Werle (2005), quando este afirma que a terceirização desconhece os conhecimentos que podem ser mediados pelas equipes de apoio e quanto podem ser benéficos no auxílio à educação dos alunos e na construção de um projeto mais coerente com o momento institucional.

Ainda visando à percepção da participação da equipe de apoio nos assuntos pedagógicos, questionou-se sobre os conhecimentos dos entrevistados quanto à existência do Regimento Escolar, quem participa da sua elaboração e quais as atribuições direcionadas à equipe de apoio, uma vez que devem constar no Regimento Escolar as normas gerais que regularão as práticas escolares disciplinares e pedagógicas.

A sua existência foi confirmada pela vice-diretora. Neste documento foi feita uma consulta pela pesquisadora e foram encontradas algumas seções direcionadas à equipe de apoio. Quanto a sua elaboração, de acordo com a vice-diretora, é efetuada com a participação do colegiado escolar composto por professores, funcionários, pais, alunos e direção.

Para que a escola desenvolva um trabalho democrático é indispensável a integração de todo o elenco escolar; assim, julga-se importante que as equipes participem das reuniões escolares e eleições para gestores, possuindo autonomia para expressar sua opinião a respeito das demandas desse ambiente em que estão inseridos.

Assim, é possível perceber o reflexo da terceirização na atuação da equipe que, por não receber a formação necessária e ser contratada como apenas uma mão de obra mais barata, torna o seu trabalho fragmentado, visando apenas à execução da sua função técnica. Outro ponto relevante é a frequente rotatividade de funcionários e visão de inferioridade dos mesmos perante os efetivos, podendo causar um mau relacionamento entre a equipe, professores, alunos, pais e gestão.

Conforme Werle (2005), a prática da terceirização provoca pouco comprometimento por parte dos funcionários em relação à instituição e suas propostas, o que se reflete na falta de reflexão sobre a situação a sua volta, na impossibilidade de troca de conhecimentos com os alunos, pais, professores e gestão e na ausência de interação e colaboração com o projeto da escola, limitando-se a cumprir mecanicamente sua obrigação, afetando assim a ação democrática necessária para as práticas formativas na escola.

Buscando identificar as relações estabelecidas entre a equipe de apoio e os professores, identificou-se que para 67% dos professores há uma boa convivência entre todos. Ainda, para 56% dos professores existe mediação de conhecimentos na convivência entre a equipe de apoio e alunos, mas destacam a necessidade de haver preparação para que aconteça de fato. Já a vice-diretora não reconhece os componentes da equipe de apoio como educadores, justificando que apenas passam noções de comportamento.

Nas entrevistas às equipes de apoio escolar foi percebido receio ao manifestarem sua opinião. Afirmaram também que não possuem o direito a reivindicações, não tem segurança no emprego, se sentem desvalorizados e são privados dos benefícios do setor público. Desta forma, quando participam de reuniões dificilmente manifestam sua

opinião, por medo do desemprego.

Os relatos abrangem a visão de Alves (2002), para quem os funcionários que trabalham por meio de contrato não têm direito a gozar dos benefícios concedidos pela rede pública, restringindo assim as reivindicações de melhores condições de trabalho, provocando insatisfação e inconformismo, pois a busca desses direitos acarretará na substituição do trabalhador.

Dessa forma, o funcionário que trabalha insatisfeito não desempenha o seu papel como deveria, fazendo sua função mecanicamente sem se preocupar em refletir sobre toda a escola, pensando apenas na obrigação que deve cumprir para receber o salário no final do mês.

Mais do que isso, o ambiente escolar, que deveria ser lócus propício à formação de cidadãos, vivencia processos de discriminação e exclusão, negação de direitos e desrespeito ao trabalhador. Tais processos resvalam direta e indiretamente nas relações entre os trabalhadores das diversas atividades, bem como as vivências cotidianas destes com os próprios alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados colhidos, as implicações da atuação da equipe de apoio sobre a rotina escolar decorrem de falta de formação e qualificação para aprimoramento do exercício do trabalho, melhor desempenho na dinâmica pedagógica e maior integração dos componentes da equipe de apoio nos assuntos pedagógicos da escola.

Outro fator importante é o grande número de terceirizados que vivenciam insatisfação, falta de segurança no emprego, desvalorização, negação dos seus direitos.

Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que foram reunidas as principais características da equipe de apoio como: regime de trabalho, formação, experiência profissional, cargo, visão de cada membro em relação a sua participação na dinâmica escolar e percepção quanto ao seu papel de educador fora da sala de aula.

Foram identificadas relações de trabalho, sobretudo em regime de terceirização, ou seja, precarizadas e que geram pouca ou nenhuma participação da equipe de apoio nos assuntos pedagógicos. Nota-se a importância de ampliar o reconhecimento do papel da equipe como educadores, capazes de transmitir seus conhecimentos nos corredores escolares perante os próprios docentes e equipe gestora escolar.

Percebe-se, diante da pesquisa, a necessidade de que haja mais investimentos em formação, além de tomada de consciência e ações para a valorização dos funcionários efetivos e terceirizados, pois foi notada grande insatisfação e um sentimento de inferioridade por parte dos trabalhadores das equipes terceirizadas.

Enfim, ao término da pesquisa ficou a certeza de que a equipe de apoio pode trazer grandes contribuições para a dinâmica pedagógica e como educadores.

Sendo a escola um espaço de formação social e educativa, percebe-se a necessidade de formação continuada da equipe de apoio para melhor desempenho no exercício das atividades realizadas na escola e sua participação nos contextos pedagógicos.

Porém, é preciso mais do que investimento em sua capacitação, faz-se necessário reconhecer o seu papel enquanto profissionais capazes de transmitir seus conhecimentos e contribuir para as aprendizagens e vivências junto aos demais membros da comunidade escolar.

Reconhece-se ainda mais significativa e urgente a discussão por toda a comunidade escolar, por pedagogos em formação, pesquisadores e pensadores da educação, quanto à importância da valorização do trabalho da equipe de apoio e o respeito aos seus direitos essenciais que propiciem de fato uma existência digna.

Assegurar que seus direitos e o sentido do seu trabalho sejam reconhecidos, será crucial para que seja possível considerar a escola um espaço de formação para a cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Osvaldo Nunes. **Terceirização de Serviços na Administração Pública**. 2002. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054228.PDF>> Acesso em: 20 mar. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BONIFÁCIO, Gabriela Marise de Oliveira e QUEIROZ, Bernardo Lonza. **Terceirização nos anos 90: O que mudou para os trabalhadores brasileiros**. Aproximadamente, 2008. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_13/abep2010\\_2486.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2486.pdf)> Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Por uma política de**

**valorização dos trabalhadores em educação:** em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em\\_cena.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf)> Acesso em: 22 Out. 2014

\_\_\_\_\_. **Secretária de Educação Profissional e Tecnológica**. Organizações Gerais / 4 ed. atualizada e revisada. Universidade Federal de Mato Grosso, 2012. Acesso 21 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Profucionário**. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=buscageral&Itemid=164&params\[search\\_relevance\]=PROFUNCIONARIO](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=buscageral&Itemid=164&params[search_relevance]=PROFUNCIONARIO)> Acesso em 14 Nov, 2014.

FERREIRA, Sandra Mara Bessa. **Fundamentos da Gestão escolar**. Brasília; W. educacional. 2008.

GODOY, Claudia Guimarães Pedro; MASCARENHAS, Mônica Cristina Karl; PINTO, Sylvia Regina Caldas Ferreira. **Ética e Relações Interpessoais entre Servidores e Terceirizados**. Brasília 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054982.PDF>> Acesso em: 07 abr. 2015.

LACERDA, Sandra da Costa. **Caminhar, Aprender, Criar: o quadro de apoio das escolas**. 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/ADM7/Downloads/SANDRA\\_DA\\_COSTA\\_LACERDA.pdf](file:///C:/Users/ADM7/Downloads/SANDRA_DA_COSTA_LACERDA.pdf)> Acesso em: 22 out. 2014.

MANUAL DE TERCEIRIZAÇÃO, **Aspectos Fundamentais**. 2011. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/terceirizacao.htm>> Acesso em: 19 de mar. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. **Terceirização: Favorável ou não aos trabalhadores e/ou instituições**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/K206296.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K206296.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2015.

SALOMÃO, Guilherme Trivizoli. **Quando a Creche é Espaço Educativo, Todos Educam: As Equipes de Apoio em contextos de Educação Infantil**. Assis, 2009.

WERLE, Flávio Obino Corrêa. **Terceirização e Democratização na Instituição Escolar: Serviços de merenda e limpeza**. Rio grande do Sul, 2005. Disponível em: <<seer.ufrgs.br/rbpaie/article/download/23512/13601>> Acesso: 23 Jan. 2015.